

**XXIV CONGRESSO NACIONAL DO
CONPEDI - UFMG/FUMEC/DOM
HELDER CÂMARA**

HISTÓRIA, PODER E LIBERDADE

CELSO HIROSHI IOCOHAMA

ROBISON TRAMONTINA

MARCELO ANDRADE CATTONI DE OLIVEIRA

Todos os direitos reservados e protegidos.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – Conpedi

Presidente - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UFRN

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. José Alcebíades de Oliveira Junior - UFRGS

Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcílio Pompeu - UNIFOR

Vice-presidente Norte/Centro - Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes - IDP

Secretário Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC

Secretário Adjunto - Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto – Mackenzie

Conselho Fiscal

Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG /PUC PR

Prof. Dr. Roberto Correia da Silva Gomes Caldas - PUC SP

Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini Sanches - UNINOVE

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS (suplente)

Prof. Dr. Paulo Roberto Lyrio Pimenta - UFBA (suplente)

Representante Discente - Mestrando Caio Augusto Souza Lara - UFMG (titular)

Secretarias

Diretor de Informática - Prof. Dr. Aires José Rover – UFSC

Diretor de Relações com a Graduação - Prof. Dr. Alexandre Walmott Borgs – UFU

Diretor de Relações Internacionais - Prof. Dr. Antonio Carlos Diniz Murta - FUMEC

Diretora de Apoio Institucional - Profa. Dra. Clerilei Aparecida Bier - UDESC

Diretor de Educação Jurídica - Prof. Dr. Eid Badr - UEA / ESBAM / OAB-AM

Diretoras de Eventos - Profa. Dra. Valesca Raizer Borges Moschen – UFES e Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - UNICURITIBA

Diretor de Apoio Interinstitucional - Prof. Dr. Vladimir Oliveira da Silveira – UNINOVE

H673

História, poder e liberdade [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UFMG/FUMEC/
Dom Helder Câmara;

coordenadores: Celso Hiroshi Icochama, Robison Tramontina, Marcelo Andrade Cattoni de
Oliveira – Florianópolis: CONPEDI, 2015.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-128-9

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: DIREITO E POLÍTICA: da vulnerabilidade à sustentabilidade

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Brasil – Encontros. 2. História. I. Congresso
Nacional do CONPEDI - UFMG/FUMEC/Dom Helder Câmara (25. : 2015 : Belo Horizonte,
MG).

CDU: 34



XXIV CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI - UFMG/FUMEC /DOM HELDER CÂMARA

HISTÓRIA, PODER E LIBERDADE

Apresentação

O grupo de trabalho História, Poder e Liberdade foi criado para o XXIV Congresso Nacional do CONPEDI, tomando por base a linha de pesquisa de mesma denominação, do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da UFMG, um dos Programas que o sediaram.

Essa linha tem a seguinte ementa: "A linha articula as interfaces entre os saberes jurídicos e humanísticos, reposicionando os debates acerca dos fundamentos históricos e políticos do Direito e de seus desdobramentos, à luz de novos marcos fortemente interdisciplinares. Propõe resgatar a História como espaço de reflexão sobre a pessoa humana, o Direito e o Estado, assim como sobre a transformação dos territórios, ao tempo em que busca recuperar a tensão constitutiva entre pessoalidade e cidadania, história e razão, reconhecimento e trabalho, identidade e coletividade, tradição e crítica."

Foram apresentados 13 (treze) trabalhos, em que seus autores procuraram desenvolver temas diversos relacionados a essa linha e área de pesquisa, seguidos de debates.

A MEMÓRIA EM EVIDENCIA NO RELATÓRIO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE NO BRASIL

THE MEMORY IN EVIDENCE ON THE REPORT OF THE NATIONAL COMMISSION OF TRUTH IN BRAZIL

Ivo dos Santos Canabarro

Resumo

O presente artigo aborda a importância do Relatório da Comissão Nacional da Verdade como espaço de memória. A abordagem inicia com uma reflexão sobre a questão da memória nas ciências humanas, seus desdobramentos no mundo contemporâneo enfatizando como os autores definem um campo de pesquisas. A ênfase principal é a memória subterrânea, como ela é definida e, principalmente, sua aplicabilidade no Relatório da CNV. As análises na segunda parte do artigo dizem respeito aos dados do Relatório, como eles representam uma nova possibilidade de interpretação e aplicabilidade no campo do conhecimento.

Palavras-chave: Comissão nacional da verdade, Direitos humanos, Memória subterrânea

Abstract/Resumen/Résumé

The current article approaches the importance of the Report of the National Commission of Truth as a memory space. The approach starts as a reflection about the matter of memory in Human Sciences, its developments on the world today emphasizing how the authors define a research field. The main emphasis is the underground memory, how it is defined and, especially its applicability in the NCT Report. The analysis in the second part of the article are about the data of the report, how they represent a new possibility of interpretation and applicability in the knowledge field.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: National commission of truth, Human rights, Underground memory

A memória social aparece em evidência no mundo contemporâneo, pois ela nos remete a situações e vivências dos homens em sociedade. Pensar nos desdobramentos da memória na sociedade brasileira é um exercício que exige reflexão no sentido de entendermos os verdadeiros significados das representações que são elaborados pelos diferentes grupos sociais. A memória está sempre ligada a um tipo de poder; é um verdadeiro instrumento do jogo de interesses, no qual cada grupo tenta impor suas memórias e representações como sendo as legítimas e mais coerentes num determinado contexto histórico. É o que podemos chamar de enquadramento da memória, ou seja, uma perspectiva que o Estado ou determinados grupos tentam, de toda forma, impor aquilo que eles consideram importante para ser lembrado e também para ser esquecido. Memória e esquecimento andam juntos, aquilo que permanece e o que precisa ser apagado para sempre da história. Mas isso é um exercício que nem sempre funciona perfeitamente, pois aquilo que ficou gravado na memória a qualquer momento pode voltar à tona, ou seja, ser reconstruído na memória social.

Os processos de enquadramento da memória no Brasil foram feitos no sentido de demonstrar a ação dos grupos e do próprio Estado, uma tentativa de manter apenas os fatos e situações positivas para justificar os papéis sociais dos grupos que detinham o poder. Nesse sentido, deixar muitas questões no esquecimento foi uma alternativa para legitimar o poder dos grupos. Mas muitos componentes da memória social foram encobertas para não expor práticas autoritárias do Estado e de grupos que estavam no poder, ou mesmo que apoiavam o autoritarismo do Estado. Trazer à luz da história os processos que marcaram o autoritarismo do Estado é permitir que as futuras gerações conheçam e tenham consciência dos acontecimentos que realmente aconteceram na sociedade brasileira nos períodos autoritários, principalmente durante a ditadura militar de 1964 a 1985. Não podemos simplesmente negar o que aconteceu para encobrir as atitudes autoritárias de grupos; devemos ter consciência, inclusive, dos próprios erros cometidos no passado.

Por mais dolorida que possa ser a memória dos períodos autoritários, ela é quase uma memória subterrânea, ou seja, relegada ao passado e difícil de trazer à tona. Neste sentido, o trabalho da Comissão Nacional da Verdade no Brasil foi justamente recuperar uma verdade histórica que estava encoberta e submetida ao esquecimento. Muitas pessoas que foram atingidas pelos períodos autoritários, como presos políticos,

torturados, não querem fazer esse exercício de trazer à tona uma memória subterrânea, mas, por outro lado, outros fazem questão de lembrar os momentos difíceis que sofreram. É uma experiência que envolve os sentimentos das pessoas, pois, de certa forma eles relembrou um passado que já estava esquecido, e é sempre difícil lembrar o que causou dor e sofrimento, mas é preciso para a reconstrução da memória social.

Os caminhos que levam à construção e (re)construção de memórias requerem um procedimento que respeite as posições das pessoas que se propõem a auxiliar no processos investigatórios. Existe sempre uma aproximação entre memória individual e memória coletiva. Estas são complementares. No caso de reconstruções de memória, parte do pressuposto de que é necessário iniciar pela memória individual para aproximá-la da coletiva. Os casos que aparecem no Relatório da CNV foram coletados depoimentos de pessoas que foram atingidas pelas prisões e torturas, ou mesmo familiares de pessoas mortas ou desaparecidas. Realizaram-se várias audiências públicas em diversas cidades brasileiras com o objetivo de coletar dados e depoimentos pessoais. Todos os dados e depoimentos devidamente analisados para compor o referido relatório.

O direito à memória estende-se a toda a sociedade. Devemos lutar para que todos conheçam o nosso passado, pois a memória serve como uma perspectiva de construção de identidades. Suprimir da memória o que aconteceu é deixar um vácuo na história, ou mesmo tentar construir uma visão que apague a memória dos que foram contra os poderes dos grupos sociais e do Estado. Podemos dizer que a memória é seletiva, pois está atrelada ao poder dos grupos e do enquadramento do Estado, sendo assim ela transmite uma visão parcial do passado, mas está sempre em construção. A perspectiva de construção da memória nos remete à probabilidade de a qualquer momento ela nos remeter àquilo que estava legado ao esquecimento, numa relação de passado x presente. Ela vai trilhando os caminhos que nos ligam de forma consistente com o que aconteceu e aquilo que restou para o presente. Como a memória é sempre viva, ela está sempre em construção, ou seja, nos permitindo fazer essa ponte entre o passado e o presente.

A discussão sobre a memória da ditadura militar no Relatório da CNV é uma perspectiva ímpar de construção da história do tempo presente no Brasil, pois o referido relatório é uma fonte inesgotável de dados primordiais sobre um período recente, com uma grande carência de trabalhos mais críticos. Por outro lado, a parte mais inédita do

relatório é a de trazer à tona os depoimentos inéditos das pessoas que foram torturadas e presas, dessa forma permitindo conhecer uma memória subterrânea daqueles que realmente sofreram os horrores da ditadura. A partir do relatório será possível uma ampliação da memória social, pois permite ir muito além do enquadramento que foi feito durante muito tempo pelo Estado e por grupos conservadores que selecionavam aquilo que poderia ser conhecido. Não consiste numa apologia ao terror e à tortura mas, antes de tudo, numa tentativa de trazer à tona aquilo que realmente aconteceu com os protagonistas desta história. É um trabalho de esclarecimento ao público dos verdadeiros acontecimentos da ditadura militar no Brasil.

Para o entendimento da construção da memória social a partir do Relatório da CNV, é preciso uma discussão mais consistente sobre o papel da memória na construção de identidades dos grupos. Para tanto, o artigo está dividido em duas partes complementares que visam dar um panorama sobre a problemática selecionada para discussão. Na primeira parte do artigo, a abordagem diz respeito à questão da construção social da memória individual e coletiva, pois o relatório aborda tanto indivíduos quanto grupos. Nessa perspectiva, é necessário o entendimento dos desdobramentos da memória a partir do indivíduo até chegar ao grupo, numa discussão da importância de se chegar à memória subterrânea, pois por muito tempo ela permaneceu no esquecimento. As pessoas que foram presas e torturadas tinham receio em falar, pois o sofrimento foi tanto que preferiam esquecer o que aconteceu. É realmente um exercício doloroso lembrar o que causou tanto sofrimento mas as memórias subterrâneas dessas pessoas são fundamentais para o entendimento do período estudado.

Na segunda parte do artigo, o centro de análise e das discussões é o Relatório da CNV, pois o mesmo é muito recente e merece uma explanação com maiores detalhes sobre a investigação realizada em todo o Brasil. O Relatório foi publicado no final de 2014 e merece ser estudado na íntegra pois abrange os trabalhos da CNV realizados em dois anos de trabalho. O trabalho de análise está só no começo, há muito ainda por ser feito. A contribuição do Relatório para a construção de uma memória social recente aponta para um trabalho de (re)construção de trajetórias de pessoas que foram atingidas pela ditadura, por isso é necessária uma revisão historiográfica para dar conta de um período recente da história do Brasil.

Um artigo com uma abordagem tão recente exige um rigor com as fontes de consulta, pois é um desafio para qualquer historiador ou pesquisador trabalhar com uma matéria recentemente publicada. É necessário, então, que comecemos com uma investigação em alguns autores clássicos sobre memória social, até uma abordagem sobre as memórias subterrâneas que nos permitem uma consistência teórica para a discussão do Relatório. A fonte principal na segunda parte do artigo é o Relatório do CNV, consistente e ao mesmo tempo complexo, pois apresenta uma análise dos trabalhos realizados nas caravanas de investigação da CNV. O desafio é transformar os dados do relatório em memória social, pois os desdobramentos da memória nos permitem o entendimento de situações e vivências dos atores sociais que foram protagonistas em suas histórias de vidas. Sendo assim o desafio está posto; investigar o tempo presente, um laço de memória que cruza o passado e o presente.

2 Desenvolvimento

2.1 A memória em ascensão no tempo presente

Pensar a memória social no tempo presente pressupõe um conjunto de significados sobre uma possível delimitação de seu conceito, pois a todo o momento a memória individual está associada à coletiva, ou seja, a de grupos. Os estudos recentes sobre a memória indicam a sua importância no mundo social como fator de construção de identidades. É preciso recuperar o que define os indivíduos e os grupos para a sua identificação. Não é mais possível pensar o mundo social sem ter consciência de sua constituição a partir da memória social, existe um fio muito tênue que liga a experiência do presente com o passado, são laços que mantêm uma ligação contínua. Nós somos constituídos pelas nossas memórias, os grupos e as sociedades também. São elas que nos constituem como seres pensantes e atuantes. Os desafios da memória social consistem em criar condições de manter a identidade viva estabelecer as características de cada indivíduo e grupo e também mostrar aquilo que temos em comum numa determinada sociedade.

A memória estabelece uma identidade para si e para o outro, nos mostra como somos e também como os outros nos veem, num constante movimento pois as identidades são cambiantes. É possível que ao longo da vida de cada indivíduo e de cada grupo, sejam construídas múltiplas identidades, não temos mais uma única identidade para toda a nossa vida como os homens modernos previam, já estamos num paradigma

pós-moderno no qual é possível pensar e viver múltiplas identidades. A partir da memória é possível pensar na escolha dos elementos que circunscrevem as identidades, por isso se faz necessário partir do pressuposto de que é importante começar pela memória individual. No entanto, o exercício de começar pelo individual nos coloca numa posição desconfortável, pois assumimos o risco de pensar na subjetividade dos indivíduos, então partimos do pressuposto de que todos os indivíduos são constituídos de um grau de subjetividade. Não vamos entrar numa discussão psicanalítica sobre a memória individual e a subjetividade, pois não é o tema deste artigo.

Pensar a memória individual nos remete diretamente à identidade, pois os clássicos sobre a memória relatam que é possível perda da memória, portanto uma perda da identidade. Isso aponta diretamente à questão central de discussão, ou seja, memória e identidade são condições aproximadas, fazem parte da psique humana. Nessa linha de raciocínio, aponta Candau (2012) que sem a memória o sujeito se esvazia, vive unicamente o tempo presente, perdendo suas capacidades conceituais e cognitivas, sendo assim sua identidade desapareceria. Muito emblemática a observação do autor, pois a partir da constatação da memória individual é possível perceber as relações do sujeito com o mundo. O indivíduo se constituído psicologicamente e socialmente com a sua memória, portanto a perda desta seria fatal para o esquecimento de sua identidade. A memória constitui as grandes categorias psicológicas, como exemplo a noção do tempo e de si mesmo, do seu Eu. A personalidade do indivíduo sempre emerge da memória.

Ainda seguindo as observações de Candau (2012), existe uma linha tênue entre memória e personalidade. Quero colocar uma questão crucial aqui; imaginamos as pessoas que foram presas e sofreram com a tortura na ditadura militar, como esse trauma em sua memória pode afetar a personalidade das pessoas que sobreviveram às torturas. Muitas pessoas que foram torturadas tiveram traumas profundos até uma superação da situação, pois voltaram posteriormente para suas vidas e tiveram que continuar a luta, a sua vida cotidiana. Esses traumas que chamo aqui de memória subterrânea, ou seja, que ficou reprimida por muito tempo, pois essas pessoas tiveram que continuar as suas vidas, voltaram a acreditar nos seus ideais e tiveram outros sonhos de um mundo melhor. A superação dos traumas não aconteceu somente para continuar suas vidas, mas também para ter a capacidade de falar sobre isso, de analisar a situação de opressão que passaram, o horror da prisão, a dor das torturas.

Como a memória individual está diretamente ligada às funções psíquicas, o exercício de superação está também presente no ser humano, por isso a capacidade de continuação da vida após passar pela prisão e tortura. Nessa perspectiva aponta o clássico de Le Goff (2006), o qual considera que a memória individual é uma propriedade que conserva certas informações, remetendo, em primeiro lugar, a um conjunto de funções psíquicas, pelas quais o homem pode atualizar impressões de informações passadas. O autor considera que o ser humano pode, a qualquer momento, se reconstituir a partir de sua memória e ainda criar novas identidades. O autor destaca a importância da linguagem na constituição da memória, tanto a falada quanto a escrita. Ela é uma forma de reter as questões significativas para cada indivíduo. A fala das pessoas que foram reprimidas e torturadas serviu como uma forma de libertação de um conjunto de traumas sofridos no passado. Contar as suas memórias serve como exemplos reais dos protagonistas das torturas e da opressão.

Segundo observações de Halbwachs (2004), existiu durante muito tempo uma tentativa de esquecimento por parte das pessoas que tiveram uma memória traumática, como uma forma de desapego ao grupo que sofreu os traumas. O esquecimento deu um certo isolamento do indivíduo ao grupo o que nos remete diretamente à discussão da memória e da personalidade. Algumas pessoas que sofreram mudaram radicalmente a sua personalidade, queriam esquecer os traumas do passado como se isso não fizesse mais parte de sua história pessoal. Por isso a CNV fez várias caravanas para coletar depoimentos das pessoas que sofreram torturas e que se dispuseram a falar sobre o que sofreram. Foram muitos momentos que os integrantes da comissão passaram, momentos de muita sensibilidade, pois as pessoas se expunham de forma como nunca haviam feito. Todos os depoimentos colhidos servem para nos dar uma real dimensão de todo o sofrimento que as pessoas passaram na ditadura. Dessa forma os traumas foram socializados, ou seja, foi trazida à tona uma memória traumática que permaneceu muito tempo reprimida.

Talvez um dos grandes legados da obra de Halbwachs (2004) é mostrar essa relação da memória individual com a memória dos grupos ou da memória coletiva como ficou conhecida após a publicação inicial da sua obra. Essa ligação é fundamental para o entendimento da relação do indivíduo com o grupo, ora aproximando-se, ora retraindo-se. Isso coloca em cena o caso das memórias traumáticas vividas pelos grupos. O indivíduo constrói sua personalidade a partir de suas memórias. Se ele assume o que

realmente aconteceu de forma a dar continuidade plena à sua vida, ele se mantém em conexão e identidade com o grupo. No segundo caso, quando não consegue superar uma memória traumatizante, ele tende a negar o grupo de pertencimento, mas isso não quer dizer que seja algo definitivo, pois ele pode com o tempo superar os traumas e voltar a identificar-se com seu grupo de pertencimento. Esses elementos aparecem com muita evidência nos depoimentos das pessoas que passaram pela tortura; elas sempre voltam a falar da superação, tiveram que superar tudo para voltar à sua vida normal. Muitas superam mas querem deixar tudo relegado ao esquecimento. Em alguns depoimentos, as pessoas falam que isso é quase um tabu para a família e para o grupo, que não querem voltar a falar sobre as feridas do passado.

A vinculação da memória individual à memória coletiva se dá por várias vias de ligação. A primeira é um certo ponto de vista da coletiva, um ponto de vista mutável conforme o lugar que o indivíduo ocupa no mundo social. Assim podemos entender as vinculações existentes entre o indivíduo e o grupo, ora em aproximação, ora em retração. O próprio exercício do esquecimento é uma forma de retração ao grupo. No momento em que o indivíduo assume seu ponto de vista e o reconhecimento da sua memória, ele estará em consonância com o grupo. Existe um investimento de reconhecimento da memória individual e de grupos para o esclarecimento de situações vividas no passado que servem como referência para o presente, pois os lugares que as pessoas ocupam são mutantes. Se no passado eram considerados como subversivos pelo regime político, no momento atual são cidadãos comuns que vivem e interagem na sociedade. Assim, suas experiências não ameaçam absolutamente nada, pelo contrário, contribuem para o esclarecimento do passado.

A ligação do grupo com o indivíduo é sempre constante; são memórias que se entrelaçam. Nora (1993), descreve que a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento. Essa evolução da memória a caracteriza como um mecanismo vivo no indivíduo e no grupo, pois está sempre ali esperando a lembrança para a qualquer momento vir à tona e fazer parte do presente. O exercício da lembrança é uma forma de conexão com o que foi vivido, as situações, as experiências boas ou ruins, os traumas, as conquistas também, enfim a vida em sua completude. Muitas vezes, o indivíduo retrai a memória que traz sofrimento, mas o grupo continua com essa memória, isso fica muito claro nos depoimentos orais, quando os entrevistados falam de uma determinada

pessoa que viveu aquela situação juntamente com o grupo. Essa é a condição da memória viva dos grupos; quando o indivíduo esquece, o grupo está ali para lembrar aquilo que parecia esquecido.

Ainda segundo o mesmo autor, a memória emerge de um grupo que ela une. Existem tantas memórias quantos forem os grupos; ela é múltipla, coletiva, plural e, ao mesmo tempo, individualizada. A memória é, portanto, sempre múltipla dando sentido à vida das pessoas e dos grupos, constituindo-se, por isso, elemento fundamental para a construção das identidades. Como a memória está em constante evolução, não existe um aprisionamento no passado. A qualquer momento as pessoas podem trazer à tona as memórias subterrâneas e construir novas memórias e identidades. O que ficou por muito tempo aprisionado como sofrimento pode fluir e fazer com que aquela situação vivida no passado fique somente como uma experiência. Esse é um dos grandes mecanismos da memória que a psicanálise trabalha. O exercício de trazer a lembrança para o presente é uma forma de tomar consciência da importância de ter vivido certa experiência. Por mais traumática que possa ter sido ela serve como exemplo daquilo que a pessoa ou o grupo não quer nunca mais viver.

A discussão sobre a memória subterrânea aparece com ênfase nos estudos culturais contemporâneos. Faz-se necessário um esclarecimento sobre como a estamos usando neste artigo. O uso neste estudo diz respeito à memória das as pessoas que foram presas e torturadas durante a ditadura militar brasileira, que as considerou como marginais, ou seja, na linguagem coloquial da época, os subversivos do regime. Esses tidos como subversivos constituíam uma minoria que lutava pela liberdade e pela preservação dos direitos humanos, por isso, totalmente marginalizados pelo regime militar. Nas observações de Pollak (1989) fica evidente que ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressalta a importância das memórias subterrâneas, que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial”, no caso a memória nacional. As referências do autor são bem claras e explicativas, ao destacar que a memória subterrânea opõe-se à memória oficial, e que existe a possibilidade de construção de uma memória subterrânea que dá luz às vivências e às experiências das pessoas comuns, as que sofreram com os regimes autoritários por serem consideradas subversivas ou marginais.

Ainda, seguindo as explicações do mesmo autor, pode-se destacar que a memória subterrânea sempre ficou fora do enquadramento do Estado, ou seja, da

memória oficial, pois as pessoas temiam trazer à luz suas lembranças. O autor ainda salienta que este exemplo mostra também a sobrevivência, durante dezenas de anos, de lembranças traumatizantes, lembranças que esperavam o momento propício para serem expressas. Esse exemplo é muito emblemático para o caso das pessoas que sofreram torturas durante a ditadura militar, pois permaneceram muito tempo caladas com medo de expor suas lembranças, muitas vezes com medo de se expor. Foi preciso que, no Brasil, se criasse uma Comissão Nacional da Verdade para que as pessoas sentissem com coragem para se expor, pois viram que era uma questão de grupos que foram vitimados, não eram somente pessoas isoladas. As ações da CNV foram fundamentais nesse processo, pois trouxe à tona a possibilidade de as pessoas darem os seus depoimentos falando da tortura que sofreram pelos próprios mecanismos do Estado. As famosas casas da morte no Brasil foram o lugar, por excelência, das torturas e das mortes durante a ditadura.

Mas os processos de recuperação da memória subterrânea perpassam pelo viés do indivíduo e do grupo, ambos apoiando-se constantemente, o que um não lembra, o outro tem a memória viva. Nesse sentido, Pollak (1992) enfatiza e questiona os elementos constitutivos das memórias individual e coletiva. Ele destaca, em primeiro lugar, os acontecimentos vividos pessoalmente; em segundo lugar, os acontecimentos vividos por tabela, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. Pode-se, então, perceber que existe sempre um elo de que une o indivíduo ao grupo e que serve como apoio no momento de expor suas lembranças. É menos traumatizante para o indivíduo saber que ele não estaria sozinho nas vivências, ele faz parte de um grupo que pode dar significado às suas ações e situações vivenciadas. Essa relação é um ponto de apoio para o indivíduo expor as suas lembranças, pois as vivências traumatizantes são difíceis de expor de uma forma explícita, é preciso de todo um trabalho para a pessoa sentir-se segura e que seu depoimento vai servir para esclarecer um período histórico; que aquilo que ela vai expor tem importância para um determinado objetivo e no contexto social.

Ainda seguindo Pollak (1992), a memória depende dos acontecimentos, dos personagens e dos lugares, existem lugares consagrados da memória tanto individuais quanto coletivos. Os coletivos aparecem com mais evidência, pois têm reconhecimento público, foram palco de vivências e acontecimentos que os consagraram como um lugar onde foram vividos certos momentos importantes para a história. No entanto, na

memória individual esses lugares são menos importantes para a coletividade, mas mesmo assim marcaram a trajetória das pessoas. Vamos imaginar os presos e torturados durante a ditadura militar que passaram pelos órgãos repressores do Estado, o Exército, o DOPS¹, o DOI-Codi², as Casas da Morte, lugares por excelência da repressão, das torturas e das mortes. Além, é claro, dos cemitérios clandestinos onde foram enterrados os que morriam nas torturas, imaginem o significado traumatizante desses lugares para as pessoas que passaram por eles, o tipo de lembrança que guardam. Os lugares são reconhecimentos individuais e coletivos. Eles podem ter diferentes significados o que os torna consagrados como lugares de memória.

Os lugares de memória passam a merecer uma consideração aqui no Brasil, a partir dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (2012-2014). Foram feitos muitos esclarecimentos públicos sobre os horrores da ditadura militar e isso evidenciou o papel repressor e autoritário dos governos militares. Como a população obteve maiores esclarecimentos sobre a ditadura, ela pediu para que fossem trocados nomes de escolas e de vias públicas que homenageavam os governos militares. Essa mudança aconteceu em todo o Brasil, pois as pessoas não se sentiam mais representadas por militares, souberam que a ditadura não foi um regime bom para a história do Brasil. Esse é um exemplo clássico dos lugares de memória e de personagens que representavam o autoritarismo do Estado e não foram mais aceitos para dar nome a lugares públicos. Os lugares de memória também sofrem a ação do tempo e dos personagens. O que era uma memória enquadrada de Estado para vangloriar os ditadores, hoje não passa de lembranças de pessoas autoritárias que não merecem o reconhecimento público.

2.2 A memória subterrânea em disputa: o relatório como espaço de reflexão

Para uma discussão mais sistemática sobre o Relatório do CNV é preciso recuperar alguns dados sobre o desdobramento das ações da Comissão, a qual foi implantada no Brasil pela Lei número 12.528 de 18 de novembro de 2011. Logo em seguida foi escolhida uma comissão de pessoas ligadas aos direitos humanos no Brasil que colocaram em prática os trabalhos da Comissão. Os trabalhos efetivamente começaram em 2012, com o Decreto número 7.727 do mês de maio o qual institui o prazo dos trabalhos da Comissão, inicialmente de dois anos, ou seja, 2012 e 2013, para

¹ DOPS – Departamento de Ordem Política e Social .

² DOI-Codi – Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna.

fazer inclusive o relatório final. Na prática, os trabalhos de investigação aconteceram nesses dois anos, mas o relatório foi feito em 2014, sendo publicado no final desse mesmo ano. Os trabalhos da CNV tiveram o apoio das Comissões Estaduais da Verdade, instituídas em vários Estados brasileiros, contando com o apoio da OAB em todo o Brasil. A equipe da comissão teve uma parcela de membros efetivos e outra parte de colaboradores que percorreram o Brasil para fazer audiências públicas na tentativa de coletar documentos e fazer depoimentos orais.

Os depoimentos consideramos a parte mais rica do Relatório. É possível perceber a voz de uma memória subterrânea que ficou calada por muito tempo, pois as pessoas tinham receio em falar para não sofrer censura. Mas os membros da Comissão deixaram claro para os depoentes que as falas são fundamentais para o conhecimento de um período histórico ainda recente no Brasil. Foi um trabalho de conscientização da importância das falas para a construção de memórias fundamentais para fazer parte do referido Relatório, mesmo com um grau de subjetividade, pois as pessoas teriam que retomar as lembranças de um sofrimento que tiveram no passado. Trazer à tona as memórias subterrâneas é uma atividade que requer um grau de confiança com quem toma os depoimentos. Os depoentes têm que se sentir seguros para falar, pois isso mexe com seu passado que ficou durante muito tempo encoberto. O ato de dar o depoimento é também uma questão de cidadania; permite que as novas gerações conheçam as memórias de um tempo vivido numa situação difícil, num período autoritário quando não era permitido expressar-se livremente.

O Relatório da CNV foi entregue para a Presidenta da República no dia 10 de dezembro de 2014. É um verdadeiro espaço de memória, pois vai servir para os pesquisadores coletar e analisar dados para as futuras obras nas ciências humanas e sociais. Os dados contidos no Relatório consistem em dados brutos para serem transformados em análises mais sistemáticas em diversas áreas do conhecimento. Eles são basicamente quantitativos e resultam de uma pesquisa bem elaborada por equipes que os coletaram em loco nos arquivos, jornais, processos crimes, bem como nos depoimentos orais. Dessa forma, são de diferentes procedências e tipologias. Os dados são sistematizados de forma bem objetiva. Eles permitem conhecer, por exemplo, o número de pessoas mortas durante a ditadura, a quantidade de pessoas desaparecidas, os dados sobre as torturas, enfim um panorama completo sobre o que se passou de 1948 a 1988. Os três volumes do Relatório sintetizam o resultado do trabalho da CNV. Ele é

bem complexo, tanto quantitativo quanto qualitativo, evidenciando a seriedade dos trabalhos de toda a equipe e colaboradores empenhados em revelar a verdade sobre o período investigado.

O Relatório da CNV é muito extenso. Neste artigo, trabalhamos alguns itens que corroboram com a memória subterrânea. Os três volumes estão assim distribuídos, em temos quantitativos: volume I (976 páginas); volume II (416 páginas); volume III (1996 páginas), totalizando 3388 páginas. Pode-se observar que o trabalho de análise e mesmo críticas ao Relatório requerem um trabalho mais sistematizado, pois o volume de dados é exaustivo para a pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa mostra-se mais eficiente para uma análise temática dos dados. É claro que não se pode descartar uma pesquisa quantitativa, pois poderíamos tabular dados, o que o tornaria uma pesquisa mais esclarecedora. O método mais eficiente é tentar aliar os dados quantitativos com uma análise qualitativa, no sentido de fazer um estudo mais aprofundado. Isso vai permitir aos cientistas sociais um trabalho bem esclarecedor da história recente do Brasil.

Dada à complexidade do Relatório, vamos levantar alguns dados temáticos do volume I, no qual podemos contar com um quadro completo sobre a repressão, intervenções, prisões, mortes e torturas. Constitui-se num verdadeiro espaço de memória, pois traz à tona questões e dados muito recentes sobre a ditadura militar brasileira, a qual ainda carece de uma análise mais aprofundada. Os dados são os mais diversos sobre o período estudado; é uma verdadeira matéria-prima ainda para ser elaborada na perspectiva da construção do conhecimento. O volume I, seguindo ainda uma ordenação cronológica, trata com ênfase no início o período anterior a 1964, pois os dados do mesmo remetem ao período inicial de 1948, quando algumas ações foram consideradas opressivas, principalmente para os operários brasileiros, os quais foram alvos de medidas que combatiam os movimentos sindicais dessa categoria profissional.

Constam no mesmo volume informes sobre resoluções de mecanismo internacionais que dizem respeito à proteção aos direitos humanos. Essas resoluções garantem que as pessoas envolvidas e seus familiares conheçam as reais situações das vítimas de torturas, prisões e mesmo desaparecimento. Os depoimentos das pessoas que sofreram torturas e prisões foram emblemáticos, pois as leis e resoluções internacionais não foram respeitadas durante principalmente o período da ditadura militar no Brasil. As pessoas sumiam ou eram mortas, e as famílias não tinham notícia sobre elas, pois foi

uma prática muito comum matar pessoas durante as torturas e as sepultarem em valas comuns nos cemitérios clandestinos. Os familiares nunca mais souberam se essas pessoas desaparecidas estavam vivas ou mortas, pois os militares sempre se negavam a dar informações sobre o paradeiro delas.

O Relatório faz referência ao contexto sóciopolítico da ditadura militar, enfatizando as imposições dos Atos Institucionais que davam pleno poder político ao Presidente da República, e às instituições poderes de reprimir qualquer pessoa que se manifestasse contra o regime autoritário implantado no Brasil. Os Atos Institucionais se sobrepõem à própria Constituição Federal, pois davam plenos poderes de repressão aos mecanismos do Estado. Nesse sentido, pode-se constatar que muito da repressão do período foi embasada neles, pois as pessoas perderam os seus direitos fundamentais. Foi uma época de maior desconsideração dos direitos humanos no Brasil. Esta é uma memória subterrânea que precisa ser trabalhada, por isso a importância do Relatório no sentido de esclarecer questões até então encobertas. Os dados são contribuições que nos remetem a um contexto opressor que vivemos há pouco tempo. O que se pode pensar no presente é como foi um passado de extremo autoritarismo, inclusive o que já tínhamos conquistado foi negado a qualquer pessoa que era presa e torturada, inclusive o habeas corpus, que é essencial para qualquer um se defender, foi suspenso pelo AI-5 em 1968.

Manifestantes operários, estudantes, artistas e público em geral que ousaram sair nas ruas para garantir seus direitos foram fortemente reprimidos, como também presos. O Relatório apontou dados alarmantes de prisões em algumas manifestações, pois muita gente foi reprimida. Pode-se ressaltar como exemplo a prisão de 700 estudantes no congresso da UNE em Ibiúna, SP em 1968, no ano de implantação do AI-5. Durante a greve dos 700 mil em São Paulo, foram presos 2 mil operários em 1963, ano que antecedeu o Golpe de 1964. Isso demonstra que as prisões como forma de reprimir os manifestantes, tiveram início no período que antecedeu a ditadura, e foi uma prática constante durante os 20 anos posteriores. Pode-se constatar que uma das práticas mais comuns de repressão foi a prisão, e, em consequência desta, as práticas de torturas para obter informações dos presos.

Ainda seguindo a análise da temática prisões, foi possível conhecer, com os depoimentos dados a CNV que no município de Niterói, RJ, um estádio de futebol, chamado Caio Martins, funcionou com um verdadeiro campo de concentração, com presos pelo regime acusados de crimes contra a ordem pública. Segundo os dados do

DOPS, foram 300 pessoas ali mantidas. Contudo, depoimentos de pessoas que estiveram presas lá, afirmam que havia em torno de 1000 pessoas detidas no estádio de futebol. Isso evidenciou a nossa hipótese inicial de que as pessoas poderiam ser presas por qualquer motivo, qualquer tipo de manifestação que não agradasse ao regime político, e os militares utilizavam os Atos Institucionais para legitimarem os atos de repressão. Os números disponíveis nos órgãos de repressão do Estado foram quase todos falsificados, as prisões e torturas foram em número muito mais acentuado do que mostram os dados oficiais. Talvez seja o grande triunfo da CNV realizar os depoimentos orais para obter dados mais confiáveis na pesquisa.

O período de maior repressão, prisões e torturas foi de 1968 com o AI-5 até o fim da vigência do mesmo em 1978. A própria CNV no Relatório apurou o maior número de ações nesse intervalo de 10 anos, conhecidos como anos de chumbo. Já em 1969, a Emenda Constitucional número 1 estabeleceu a Lei de Segurança Nacional, que dava plenos poderes ao Estado Militar de prender e torturar em nome da segurança nacional. Qualquer prisão era justificada como atentado contra a segurança nacional. Foi essa a justificativa para os órgãos repressores realizassem prisão e tortura, inclusive as mortes. Os dados sobre as mortes são exorbitantes nesse ínterim de 10 anos, pois as pessoas foram acudadas em seus espaços privados; o espaço público era comandado pela ordem militar, a própria militarização da sociedade brasileira. O mais estranho nesse período de maior arrocho foi o apoio de civis às atrocidades da ditadura militar, o que alguns autores mais contemporâneos chamam de ditadura civil militar.

Quanto à questão dos mortos e desaparecidos, os dados encontrados nos órgãos oficiais são parciais. Afirmava-se, segundo esses órgãos, que havia em torno de 350 a 370 pessoas dadas como desaparecidas durante os 21 anos da ditadura militar. Esses dados são falseados, pois foram muito mais. Com os trabalhos da CNV, foi possível encontrar, até o momento, um número aproximado de 208 mortos, dentre os quais 70 que foram mortos na Guerrilha do Araguaia. As investigações recém começaram, por isso os dados do Relatório ainda são parciais. Os familiares dos mortos se articularam a partir das ações da CNV para procurar esclarecimentos das mortes e dos desaparecidos. Algumas famílias que encontraram as ossadas de seus desaparecidos, conseguiram uma indenização do Estado, pois os mesmos foram mortos no interior das instituições do Estado. Um dos problemas encontrados foi o caso dos cemitérios clandestinos, o que dificulta para a família encontrar o lugar onde as pessoas foram sepultadas.

Os dados do Relatório da CNV são de fundamental importância para os pesquisadores e para o público em geral. Eles requerem uma leitura sistemática, tanto para o conhecimento de uma história recente do Brasil, quanto para a produção de uma história mais próxima aos verdadeiros acontecimentos. É de fundamental importância o conhecimento da memória subterrânea das pessoas consideradas como subversivas pelo regime militar, pois toda a legislação implantada durante o período de vigência do regime de exceção dava plenos poderes para a repressão, prisão, torturas e mortes. Tudo aconteceu por ações do próprio Estado. Nesse sentido, a CNV veio para esclarecer uma possível verdade dos acontecimentos. O Relatório expressa uma verdade construída por equipes engajadas na perspectiva de esclarecer o que realmente aconteceu, o que representa um novo espaço de memória.

3 Conclusão: palavras finais

Talvez um dos grandes desafios do mundo contemporâneo seja pensar a memória como um elemento libertador. A memória deve servir não para escravizar e sim para libertar as pessoas de um mundo com muitos estereótipos de como as pessoas e grupos devem se comportar. A memória é um elemento de construção de identidades, não de uma única, mas de múltiplas, pois já vivemos num contexto em que as várias identidades são postas e disputam os espaços do poder. Os desdobramentos das memórias individual e social indicam a importância de se pensar nos aspectos que ligam constantemente as experiências do passado com o nosso tempo presente. Somos conectados com um elo constante de experiências que marcam a nossa vida individual e coletiva, nossas lembranças nos fazem cada vez mais identificados com a sociedade em que vivemos. Tudo tem um passado, não vivemos num eterno presente. Somos, acima de tudo, um pouco de tudo aquilo que passou até chegarmos ao nosso tempo.

Os trabalhos acadêmicos com a temática da memória aparecem como um campo de grandes possibilidades para elucidar questões que dizem respeito a indivíduos e a grupos. A memória coletiva e a social nos dão um panorama mais consistente sobre a vida dos grupos e da sociedade como um todo, mas queremos enfatizar a importância de se pensar atualmente no que podemos chamar de memória subterrânea, aquela que trata de minorias, de grupos socialmente excluídos, que foram esquecidos de uma memória oficial enquadrada pelo Estado. Talvez essa tendência seja uma chave de leitura daquilo

que ficou durante muito tempo esquecido, e que nunca foi enquadrado como importante, mas que vem à tona no mundo atual. O que está em disputa é uma memória que possa reforçar a identidade desses grupos excluídos ou considerados minorias, que também buscam o seu reconhecimento num contexto plural em que todos disputam pelas identidades.

Mas afinal o que tem a ver a memória subterrânea com o Relatório da CNV? Ela é uma forma de representar todas aquelas pessoas que foram consideradas subversivas, marginais e que representavam ameaça à lei de segurança nacional. Eram minorias, acudadas pela ditadura, e que calaram com medo de sofrer repressões, mas esses subversivos foram os que sofreram nas prisões, que foram torturados, muitos desaparecidos. Mas o Relatório trabalhou com os depoimentos dos que sobreviveram às torturas e prisões, que ficaram muitos anos calados com medo de voltar essa memória subterrânea, esperaram quase 30 anos para poder falar alguma coisa, dar o seu testemunho sobre o que passaram nos porões da ditadura. O maior marco do Relatório é dar voz e visibilidade aos que sofreram com os horrores da ditadura. Foi um trabalho social para a construção de uma verdade sobre o Brasil que vivemos.

A tentativa de trazer à luz de um novo tempo de democracia aquilo que foi vivido num período repressor é uma forma de reconciliação do Estado com a sociedade. Esse foi um dos motivos levantados para a instalação da CNV no Brasil. Não foi fazer uma mea culpa do Estado, mas acima de tudo um esclarecimento do que aconteceu dentro dos próprios mecanismos de um Estado autoritário que foi imposto à sociedade brasileira. Não foi uma escolha democrática; foi uma imposição a que tivemos que nos submeter por 21 anos. Isso deve servir como exemplo para que nunca mais precisemos viver experiências traumatizantes. Deve servir como exemplo para as novas gerações, inclusive para aqueles que protestam no Brasil pedindo a intervenção militar. Essa atitude demonstra a falta de uma memória recente sobre a nossa história. Não queremos mais ditadura. Esta deve ficar aprisionado no passado, e apenas na memória.

O Relatório da CNV, com sua expressiva quantidade de informações, constitui-se num novo espaço de memória a ser perpetuado na história do Brasil. Ele vai servir para a comunidade acadêmica fazer uma real avaliação dos períodos autoritários, assim como vai servir para as futuras gerações conheçam aquilo que realmente aconteceu num tempo não muito distante do nosso. A memória que o Relatório registra só foi possível pela coragem e ousadia das pessoas, que voluntariamente, deram o seu depoimento oral

e forneceram informações. Uma atitude ousada de quem sofreu com a tortura e se propôs a contribuir com a história. Todos os depoimentos que constam no relatório são indícios de uma memória subterrânea que está em constante construção. Sobre a memória oficial, dos torturadores e militares, os depoentes se negaram a falar para a CNV. Portanto, o que foi construído é realmente uma memória subterrânea, que brota a qualquer momento, basta dar condições para a sua construção.

4 Referências:

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

Comissão Nacional da Verdade no Brasil, ago. 2012. Disponível em <http://blog.planalto.gov.br/>

Comissão Nacional da Verdade no Brasil, julho 2015. Disponível em www.cnv.gov.br

Comissão Nacional da Verdade no Brasil, set. 2012. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/>

HALBWAACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. 2ªed. São Paulo: Contexto, 2001.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Revista Projeto História**, n 10. PUC, SP, 1993.PP. 7 – 28.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOCFGV, v.5, n. 10, p. 200-215, 1992. Disponível em WWW.cpdoc.fgv.br

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v.2, n.3, p. 3-15, 1989. Disponível em WWW.cpdoc.fgv.br

RICOUER, Paul. Entre mémoire et historie. In: **Projet: Paris**, nº248, p. 30-45, 1996.